

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: 01/01/2014 a 31/01/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Agricultura com baixo impacto ambiental. Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 03/01/2014	4
“A natureza reage às monoculturas. É algo que ela considera equivocado” Lydia Cintra – Site do MST. 06/01/2014.....	5
Extrativistas terão R\$ 120 mi para subvenção nos próximos anos. Raimundo Estevam – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 08/01/2014.....	11
Mais sustentáveis, sementes crioulas conquistam agricultores do Nordeste. Letícia Lins – O Globo, Ciência. 14/01/2014	12
Agroflorestas se baseiam na dinâmica e biodiversidade florestal. Josi Basso – Site do MST. 15/01/2014	15
Brasil Orgânico e Sustentável abre inscrições para agricultura familiar. Talita Viana – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 16/01/2014.....	18
Brasil Orgânico e Sustentável levará produtos orgânicos para Copa do Mundo – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 17/01/2014	19
Iniciativa internacional exibirá exemplos de produções sustentáveis de agricultores. Roberta Paola – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 21/01/2014.....	20
Visibilidade para Agricultura Familiar na Copa do Mundo – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (FETRAF). 22/01/2014 ..	21
Ministério discute Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 22/01/2014.....	22
Em busca de modelos de produção sustentáveis – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 23/01/2014.....	22
Preservando uma das maiores riquezas da Amazônia: a árvore – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 24/01/2014.....	23
Área equivalente ao Brasil pode estar degradada até 2050 – O Globo, Ciência. 24/01/2014.....	24
Produção sustentável de grãos e bovinos na Amazônia – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 27/01/2014.....	25
Bolsa Verde ajuda 40 mil famílias em regiões remotas da Amazônia. Letícia Verdi – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 27/01/2014	26
Brasil, Índia e África do Sul buscam cooperação sobre biodiversidade. Luciene de Assis – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 28/01/2014.....	27

Arquiteto projeta fazendas urbanas para as cidades do futuro – O Estado de São Paulo, Economia. 29/01/2014..... 29

Agricultura com baixo impacto ambiental. Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 03/01/2014

Com a orientação tecnológica e de manejo adequadas, é possível preservar e fazer crescer o agronegócio

Deveria ter deixado para comentar hoje as perspectivas da agropecuária para 2014. É praxe em folhas e telas cotidianas. Antecipei-me e o fiz em colunas passadas, possibilitado pelas evidências de que o Brasil terá bons resultados.

Outra percepção das últimas colunas de 2013 incluía a dicotomia entre a capacidade de o planeta gerar produção suficiente para a demanda por alimentos, fibras e energia renovável, contraposta à incapacidade da atividade incorporar vida digna a um contingente enorme de homens e mulheres que trabalham ou estão desempregados no campo.

Um assunto angustiante que aqui não retornará tão cedo, pois relevado ou pouco entendido. Comentários e análises fazem parecer existir um bando de surdos diante de tantos a quem resta esperar a construção de estradas, portos, legislações corretas, fim da corrupção, faixas exclusivas de ônibus, “Siri e o cacete”, como na música de João Bosco e Aldir Blanc, para saírem da miséria.

“Eles que se explodam, temos coisas mais sérias a cuidar e discutir”. É o que constato após anos de escrita e parolagem sobre o assunto. Creio que potências supostamente modernas, sem terem passado pela etapa civilizatória, têm dessas coisas.

Mas vamos saindo de fininho, evitando o Fla-Flu que promete engrossar o caldo nesta Federação de Corporações. Copa, eleição presidencial, manifestações populares e ingerências barbosianas. É muito.

Peguemos leve, pois. Saio do social e acocoro no ambiental e tecnológico.

É mentira dizer que para obter produção e produtividade num país com as características edafoclimáticas do Brasil a agropecuária precisaria ter entrado de sola nas canelas do meio ambiente e da biodiversidade para crescer e se viabilizar.

Os mesmos resultados seriam obtidos com menor impacto ambiental e, ainda, “muito dinheiro no bolso, saúde pra dar e vender”. Bastaria que a orientação tecnológica e de manejo repetisse sistemas como o plantio direto sobre palha, hoje consolidado no país.

Há inúmeros métodos similares esquecidos por um imediatismo absurdo, criado pela massificação mercadológica da indústria de insumos, políticas econômicas distorcidas, governos ausentes, órgãos aparelhados por políticos, federados em torno de interesses escusos, universidades que produzem papers vaidosos, inertes ou desprezados, e uma sociedade que não sabe dar valor às riquezas naturais do país.

O uso de produtos originados de matérias orgânicas reduz a necessidade de fertilizantes químicos e minerais. Os controladores biológicos de pragas e doenças reduzem ou

mesmo eliminam as aplicações de agrotóxicos. O mesmo é possível com agricultura de precisão, aplicação de produtos especiais em cada fase específica do desenvolvimento vegetal, sistemas integrados lavoura, pasto, floresta.

Esses processos, alvissaras (!), têm índices de estranhamento cada vez menores entre os agricultores. Caminham até de forma rápida, ajudado pelos custos altíssimos dos fertilizantes convencionais e dos agrotóxicos. Às vezes, querer ganhar muito é reconhecido até pelos mais tolos.

O ordenamento econômico mundial não permite mais aos Estados a farta concessão de incentivos e subsídios, sobretudo nas economias centrais, item em que os emergentes correm atrás do rabo. Nas nações pobres, nem pensar. Enfim, todos se cuidam.

Se assim é, a quem foi delegado o comando da produção e do comércio mundiais de produtos agropecuários? Bingo! Às grandes corporações e seus ramos no mercado financeiro internacional, fator estrutural sem mudança para breve.

Tenho repetido: embora não provável no curto prazo, na situação atual dos custos dos fatores, a agropecuária brasileira não suportaria um período longo de preços baixos.

Praticar agricultura de baixo impacto ambiental ajudará. Rezar pela manutenção dos preços, também. Deixar as nações indígenas em suas terras de origem trará bons fluidos divinos às suas preces.

“A natureza reage às monoculturas. É algo que ela considera equivocado” Lydia Cintra – Site do MST. 06/01/2014

Da Super Interessante

No último dia 12, pesquisadores, professores universitários, representantes de órgãos públicos e cidadãos se reuniram em Brasília em encontro promovido pelo Ministério Público Federal e expuseram suas visões sobre os riscos da liberação para uso comercial de sementes de milho e soja geneticamente modificadas tolerantes ao herbicida 2,4-D.

Os agrotóxicos ganharam destaque especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial, com investimentos massivos em armas químicas. Muitos dos produtos desenvolvidos para conflitos foram posteriormente destinados à agricultura. Um dos exemplos mais emblemáticos é o agente laranja, usado como desfolhante pelos Estados Unidos na Guerra do Vietnã (1959-1975). Quando pulverizado nas densas florestas vietnamitas, arrancava as folhagens das copas das árvores e aumentava o campo de visão dos soldados norte-americanos. Um dos seus princípios ativos é justamente o 2,4-D, autorizado no Brasil em plantações como arroz, cevada, café, cana-de-açúcar, milho, soja e trigo.

O engenheiro agrônomo Leonardo Melgarejo, Mestre em Economia Rural e Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade de Santa Catarina (UFSC), esteve presente no encontro. Melgarejo é representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário

(MDA) na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), responsável pela aprovação de transgênicos no Brasil, e faz parte do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do MDA.

Nessa entrevista, ele explica porque o sistema agrícola baseado em monoculturas é problemático e defende um olhar crítico em relação à aprovação sistemática de sementes transgênicas no país. “Faço parte da CTNBio como membro de um grupo minoritário que é derrotado. Frequentemente pedimos informações e estudos não detalhados nos processos, mas não contamos com a compreensão da maioria, que tende a se satisfazer com os dados gerados pelas empresas, elaborados de forma alinhada aos interesses corporativos”, diz. Leia a entrevista completa abaixo.

Você acredita em uma agricultura sem uso de pacotes químicos e tecnológicos em um país como o nosso, de dimensões continentais e clima tropical? É verdade que no clima tropical as lavouras naturalmente estão mais susceptíveis a pragas?

É verdade que nas regiões tropicais e sub-tropicais a natureza é mais ativa. Nos lugares úmidos a massa verde é mais abundante e isso dá sustentação a universos mais vastos, em termos de vida. As redes tróficas são mais complexas, o que implica em maior número de alternativas de enfrentamento. A natureza reage às tentativas de homogeneização que o homem produz, com as monoculturas. Isto implica em maior incidência de agressão da natureza às monoculturas, trata-se de uma reação a algo que ela considera equivocado. Na natureza não existe a homogeneização porque esta é a pior maneira de aproveitamento dos espaços, do sol, da água etc. Então, em uma visão simplificada, se poderia assumir que sim, existem mais “pragas” em regiões tropicais. Mas também existem mais opções naturais para o controle. Manejos dos agroecossistemas das regiões tropicais e subtropicais oferecem melhores alternativas de produção do que seu paralelo, nas regiões temperadas.

Agora, se vê claramente que a transferência e adaptação de culturas, práticas, agroquímicos e hábitos desenvolvidos em regiões temperadas, para as regiões tropicais e sub tropicais traz consequências. As culturas mais ajustadas a nosso meio tendem a ser desprezadas. O mesmo ocorre em relação às particularidades de nossos ecossistemas. Eles claramente podem oferecer melhores respostas, em dimensões continentais, se trabalhados com práticas que otimizem seu potencial. A agroecologia ensina isso: o manejo deve focar o ecossistema e não uma cultura ou uma prática que o agrida. O esforço e os custos necessários para a manutenção de largas áreas de monocultura sustentadas por agroquímicos não justificam os resultados que são obtidos. Seria possível obter mais e melhores alimentos através da policultura e do manejo de sistemas.

A Embrapa e as organizações de produtores dispõem do conhecimento necessário para isso. Seriam necessárias outras mudanças, envolvendo políticas de planejamento e desenvolvimento territorial, programas de crédito, pesquisa e extensão. A estrutura fundiária, as possibilidades de acesso e uso da terra deveriam ser modificadas. Em

poucas palavras, parte do esforço dirigido para a implantação, consolidação e manutenção do atual modelo deveria ser redirecionado para a construção de outro modelo, mais compatível com as necessidades da maioria. É claro que a relação entre os agrotóxicos, as lavouras transgênicas, os oligopólios envolvidos e a rede de influências controlada por seus interesses nega estas possibilidades ao mesmo tempo em que estabelece limitações para sua consolidação.

O Brasil está preparado para ser o “celeiro agrícola” do mundo de forma responsável com os consumidores, as populações do campo e com o meio ambiente? Existem níveis seguros de ingestão e aspersão de agrotóxicos?

Sim, o Brasil tem condições sem paralelo para ocupar este espaço. O mercado europeu prefere produtos não transgênicos e o mundo todo prefere alimentos sem venenos.

E esta é uma questão básica: os agrotóxicos são venenos. É equivocado supor que pequenas doses de veneno devem ser aceitas nos alimentos porque causam pequenos danos. Uma lavoura transgênica que recebe banhos de veneno carrega resíduos daquele veneno até o consumidor final. A alternativa é buscar produtos orgânicos, que podem ser disponibilizados para todos. A produção em policultivo é maior por unidade de área, mais intensiva em mão de obra e menos demandante de insumos externos. Com ela é possível gerar ocupações produtivas, ampliar a oferta de alimentos e minimizar riscos de intoxicação, custos com a saúde etc.

Um exemplo? A produção de arroz ecológico nos assentamentos de reforma agrária do RS. Este ano mais de 3 mil hectares foram cultivados sem o uso de venenos. Aqueles agricultores vieram dos acampamentos de lona preta e já estão colhendo mais de 15 mil toneladas por ano. Dominam uma tecnologia que concorre com a lavoura mais moderna e sofisticada do RS, praticam custos inferiores, não poluem as águas, agridem menos o ambiente e ainda oferecem apoio à saúde dos consumidores.

Outro exemplo? A Associação Brasileira de Produtores de Grãos Não Geneticamente Modificados (ABRANGE) sustenta que o Brasil já é o maior produtor e exportador de produtos não transgênicos. Ela relata que a produção de soja “limpa” passou, entre 2009 e 2011, de 12 para 14 milhões de toneladas e que apenas no Mato Grosso agricultores do programa Soja Livre receberam, naquela última safra, receitas adicionais de R\$ 235,3 milhões. Eles ainda teriam economizado R\$ 47,4 milhões não recolhendo royalties para multinacionais que controlam aquelas tecnologias. Neste último caso, temos lavouras que usam tecnologias tradicionais, sem transgênicos, e que poderiam evoluir para lavouras sem agrotóxicos ou não, dependendo dos estímulos de políticas e mercados.

Portanto, não há dúvida de que podemos avançar muito. Se estes resultados foram obtidos sem apoio intensivo de políticas públicas, o que podemos esperar na presença de crédito, pesquisa e assistência especializada?

O modelo baseado em monoculturas é um dos fatores que eleva o Brasil ao patamar de um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo?

Sim. O modelo agrícola implantado no Brasil articula os mercados de agroquímicos e de produtos. As grandes áreas de monocultura exigem aplicações massivas de agroquímicos. Nas frutas e verduras cultivadas em larga escala, ocorre a mesma coisa. É o mesmo nas grandes áreas de arroz. No caso do arroz, os agricultores assentados resolveram este problema pelo fracionamento das lavouras. As áreas são divididas e gerenciadas em grupo, o controle das plantas indesejáveis é realizado pelo manejo da água, o arroz vermelho é controlado com marrecos... existem conhecimentos e tecnologias que permitem alcançar os resultados que eles vêm obtendo, sem agroquímicos. Mas isto exige fracionamento das lavouras, multiplicação no número de gestores e expansão no uso de mão de obra não mecanizável. Trata-se de outro modelo de agricultura, algo que caminha na direção inversa à busca de ganhos de escala, com padronização de insumos e práticas produtivas, sob gerenciamento único e à distância.

Se é possível fazer diferente? Sim, é possível. Mas exige políticas de suporte, processos de capacitação e pesquisa, apoio de crédito, de estruturas para comercialização. Enfim, exige algo semelhante ao que é oferecido para a agricultura empresarial baseada em agroquímicos, mas em menor escala. Com menos do que é oferecido para o agronegócio, através da agroecologia seria possível obter melhores resultados com vantagens ambientais e sócio-econômicas.

Você acredita que há maior tolerância no Brasil comparativamente a outros países para registro de produtos agroquímicos? Ou o problema está na forma como os agrotóxicos são usados (sem respeito ao limites e intervalos de segurança, por exemplo)?

A ANVISA enfrenta dificuldades sempre que propõe discussões para reavaliação de agroquímicos, portanto existem dificuldades muito abrangentes e complexas associadas a esta questão. Também é verdade que existem problemas de uso. Os resíduos destes venenos detectados pela ANVISA nos alimentos apontam desde limites acima do tolerado, envolvendo agrotóxicos legalizados para uso no Brasil (alguns proibidos em seus países de origem) até resíduos de agrotóxicos ilegais, ou adulterados no processo de fabricação.

A dissociação entre os produtores e o produto: os produtores se percebem ofertando mercadorias e esquecem que se trata de alimentos. Os consumidores compram alimentos e se esquecem que para os produtores se trata de mercadoria. Há um rompimento de vínculos de responsabilização. A alternativa passa por mudança de hábitos de consumo. Uma campanha pública de conscientização, com apoio para estruturação de canais de comunicação e estabelecimento de relações de reciprocidade positiva, poderia romper a barreira. Organizações e instituições públicas certificando a qualidade do alimento, como elo de conexão entre agricultores e consumidores, possivelmente contribuiria para fortalecer os mercados de produtos limpos.

O Brasil carece de estudos independentes e confiáveis sobre as consequências do uso de determinados pesticidas?

Sim. O mesmo se aplica aos produtos transgênicos. São necessários e não são disponíveis estudos independentes assegurando sua inocuidade para a saúde e para o meio ambiente. Universidades e fundações públicas, de pesquisas, deveriam ser contratadas para prestação deste tipo de serviço.

A própria ANVISA deveria receber recursos e infraestrutura para tanto. No caso dos transgênicos, os estudos que atestam segurança para a saúde e o ambiente são produzidos pelas empresas interessadas na venda daqueles produtos. Raramente são publicados na literatura especializada e os dados utilizados nos testes não são disponibilizados para revisão. Eventualmente, a literatura especializada apresenta estudos independentes e estes trazem motivos para preocupação, com indícios ou mesmo evidências de danos para a saúde e o ambiente.

Qual a vantagem da chamada tecnologia BT, que coloca dentro das próprias plantas uma bactéria que “mata” a praga? Podemos dizer que o milho bt, por exemplo, funciona, ele próprio, como um inseticida? É correto afirmar isso?

Sim, a tecnologia BT gera plantas inseticidas. A afirmativa de que estas proteínas existem nas bactérias e que os agricultores já usavam este tipo de inseticida em práticas de controle biológico é enganosa. A proteína BT presente nas bactérias só se torna ativa depois de ingerida por determinados insetos. Os agricultores, quando faziam tratamentos com inseticidas BT, só aplicavam o produto em caso de incidência relevante de lagartas.

Com o milho BT, temos bilhões de plantas com proteínas inseticidas ativas, presentes desde a ponta da raiz até o grão de pólen, todos os anos, em todos os cantos do país. Após a colheita das espigas, os pés de milho que permanecem na lavoura mantêm a atividade inseticida. Após a decomposição daquelas plantas, o solo mantém as proteínas inseticidas ativas por períodos variáveis. Alguns estudos afirmam que, em solos argilosos, o tempo de permanência das proteínas ativas supera os 200 dias. Isto implica em ameaça ainda não bem esclarecida sobre a rede de organismos que assegura a fertilidade dos solos, e, portanto, a produtividade futura.

A afirmativa de que estas proteínas são específicas, só afetam alguns insetos que apresentam determinados receptores intestinais, vem sendo desmascarada pela evidência de que as proteínas Cry1, supostamente específicas para a ordem lepidóptera [borboletas, mariposas], causam danos a coleópteros, enquanto as proteínas Cry3, alegadamente específicas para a ordem coleóptera [besouros], vêm causando danos a lepidópteros. Mas, além disso, e mais grave, é o fato de que sequer conhecemos a totalidade de insetos dos gêneros lepidóptera e coleóptera. Ignoramos sua função completa e estamos criando ambientes que lhes são hostis.

Não podemos deixar de considerar que as reações da natureza aos cultivos transgênicos, mais do que um alerta, podem carregar resultados de nosso interesse coletivo. Como avaliar o que pode vir a acontecer com a fertilidade dos solos, em função desta pressão das plantas inseticidas e dos agrotóxicos sobre as cadeias tróficas? Felizmente a natureza reage.

As indústrias de sementes transgênicas argumentam que uma das vantagens das sementes modificadas geneticamente é o baixo uso de agrotóxicos. Até que ponto este é um argumento verdadeiro? Como se dá a relação entre transgênicos e agrotóxicos?

As Plantas Geneticamente Modificadas (PGM) atualmente no mercado incorporam fundamentalmente duas características: a tolerância a herbicidas (tecnologia HT) e a resistência a insetos (Tecnologia BT), de forma isolada ou combinada. Na tecnologia HT as plantas transgênicas se capacitam a metabolizar determinados herbicidas, de modo a suportar aspersões em cobertura. Isto facilita as decisões de gestão de lavouras, no que diz respeito ao controle de plantas concorrentes pela luz, água, etc. Como a PGM não sofre danos após os banhos daqueles agrotóxicos, a complexidade das decisões sobre sua utilização se reduz enormemente.

Por outro lado, os herbicidas aplicados permanecem algum tempo na planta, o que implica em riscos para os consumidores. As rações animais, as forragens, os alimentos transformados a partir daquelas PGMs apresentam maiores riscos ao consumo, neste caso, do que em situações onde os herbicidas são aplicados apenas entre (e não sobre) as linhas de cultivo.

Mas além disso, as aplicações sucessivas de um mesmo herbicida, em um mesmo local, ao longo dos anos, estimulam reações da natureza. Estas reações se dão na forma de emergência de plantas tolerantes àqueles herbicidas. Diante desta situação, na busca dos mesmos resultados de controle, os agricultores ampliam os volumes e intensificam as dosagens daqueles agrotóxicos.

Mais recentemente, tem sido observado que na sucessão de cultivos transgênicos (por exemplo: no plantio de soja GM após o plantio de milho GM, ambos contendo genes de tolerância a um mesmo herbicida) a safra anterior deixa resíduos que comprometem a safra seguinte. Grãos de milho GM permanecem no solo após a colheita e germinam no meio da lavoura de soja. Como se trata de milho tolerante a herbicida, ele não morre no tratamento previsto pela tecnologia HT, exigindo aplicações de outros produtos. Isto claramente amplia o volume de aplicações e também o custo das lavouras. Como alternativa, estão sendo propostas novas plantas transgênicas, tolerantes ao herbicida 2,4-D. Se trata da mesma tecnologia HT, com um agravante: passa-se de herbicidas considerados de baixa toxicidade (como o glifosato) para herbicidas extremamente tóxicos (uma vez no ambiente, o 2,4-D dá origem a dioxinas, compostos sabidamente cancerígenos). Os riscos envolvidos nesta transição são evidentes e agravados pelo fato de que estamos tratando de produtos que são distribuídos, principalmente, por aviões, em pulverizações aéreas de larga escala.

No caso da tecnologia BT, as PGMs incorporam genes de bactéria letais para alguns insetos. Isto significa que a planta produz seu próprio inseticida, dispensando aplicações de venenos para aqueles insetos. Em tese se trata de uma boa idéia. Entretanto, mais uma vez a natureza reage, e já temos insetos resistentes, que atacam as plantas BT. Mais grave do que isso: as toxinas produzidas pelas PGM não atacam todos os insetos e a redução na população de uma determinada praga abre espaços nos ecossistemas, que são preenchidos por outros insetos.

Assim, como resultado colateral da tecnologia, as plantas passam a ser atacadas por insetos que eram pragas secundárias e não exigiam aplicações de agroquímicos porque causavam danos irrelevantes.

Deve ser considerado, ainda, o fato de que a redução na população de um inseto (por exemplo, da lagarta *Helicoperva*) afeta a população de outros insetos na cadeia trófica. Logo, a população dos predadores daqueles insetos (por exemplo, da tesourinha do gênero *Doru*) se reduz. Quando a lagarta adquire resistência ao milho, sua população cresce na ausência de predadores e o controle de danos exige aplicações de inseticidas. E ainda temos a emergência de pragas novas, como a *Helicoperva armigera*, que provocou determinação de emergência fitossanitária em vista dos danos bilionários causados em lavouras de algodão, soja e milho. Neste caso, o governo autorizou a importação e a aplicação de um inseticida novo, o benzoato de emamectina. Trata-se de produto neurotóxico, tão perigoso para a saúde que a ANVISA recomendou proibição de seu uso no Brasil.

Enfim, as tecnologias BT e HT se associam à expansão no uso de agrotóxicos e na transição de produtos para venenos cada vez mais tóxicos. Os grandes números mostram evidências claras neste sentido. Três a quatro anos após a liberação comercial das PGMs a natureza reage, os agricultores ampliam os volumes de agrotóxicos utilizados, novas PGMs são lançadas, e assim sucessivamente.

Extrativistas terão R\$ 120 mi para subvenção nos próximos anos. Raimundo Estevam – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 08/01/2014

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) vai dispor, para os próximos três anos, de mais recursos para pagar a subvenção a extrativistas de produtos da sociobiodiversidade, aqueles extraídos das florestas. O grupo gestor da Política PGPM-Bio, formado pelos ministérios do Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Agrário, Fazenda, Planejamento e a Conab, aprovou R\$ 30 milhões para 2014, R\$ 40 milhões para 2015 e R\$ 50 milhões para o de 2016, totalizando R\$ 120 milhões.

Com isto, famílias que vivem da extração de produtos das matas da Amazônia, do Cerrado e de áreas do Nordeste, por exemplo, como as quebradeiras de coco, catadores de açaí, mangaba e outros receberão mais recursos para garantir suas rendas e manter o bioma natural.

Outras pessoas poderão também se beneficiar do programa. Está prevista a participação de novos produtos, como bacuri, buriti, erva-mate, fava d'antas, licuri, macaúba, maracujá do mato, murici, murumuru, pinhão e pirarucu de manejo, encontradas nessas e outras regiões brasileiras.

Em 2013, foram pagos em subvenções mais de R\$ 4,5 milhões a 9.508 famílias de extrativistas de muitos estados. A coleta chegou a 9.247 toneladas de produtos como açaí, babaçu, borracha natural, castanha-do-brasil, pequi e piaçava. Já de 2009, início do programa, até hoje, foram pagos R\$ 15,1 milhões a 46.082 extrativistas e adquiridas 26.465 toneladas de produtos.

Mais sustentáveis, sementes crioulas conquistam agricultores do Nordeste. Leticia Lins – O Globo, Ciência. 14/01/2014

Insatisfeitos com as sementes híbridas distribuídas pelo governo, comunidades passaram a aderir a estas variedades locais, mais adequadas ao semiárido e que não precisam de agrotóxicos

CAMPO GRANDE (RN) E LAGOA NOVA (PB) - Proprietários de um pequeno sítio no vilarejo de Caiana, no interior do Rio Grande do Norte, João Fernandes Nogueira e a mulher, Rita Maria de Paula, reclamam das sementes de milho, envoltas em defensivos cor de rosa, que receberam de programas oficiais. Elas não brotaram e a família ficou sem colheita. Perto dali, na própria comunidade, Francisco Benedito de Paula, 37, compartilha da mesma queixa. O grão é “bonito”, afirma, mas “não nasceu”. Em local bem mais distante, no município de Queimadas, na Paraíba, a agricultora Maria do Carmo da Silva expressa decepção ainda maior: teve que devolver as sementes recebidas para abastecer os lavradores filiados à Associação de Desenvolvimento Rural do Sítio Guritiba, da qual é presidente. Os defensivos intoxicaram o seu neto de apenas um ano, que chegou a ficar hospitalizado por dois dias.

No Nordeste, onde mais de 1,5 milhão de famílias do semiárido vivem da agricultura familiar, situações como essas começaram a provocar uma rejeição à oferta de sementes híbridas padronizadas, que são misturadas geneticamente e precisam de agrotóxicos. Embora sejam distribuídas de graça aos agricultores do Agreste e do Sertão, muitos acreditam que elas colocam em risco o patrimônio genético da região, pois apenas uma variedade é entregue, ignorando o regime diferenciado de chuvas da região e a diversidade de solos. Nos últimos tempos, os agricultores encontraram em uma variedade local a alternativa para uma safra mais sustentável. Trata-se da semente crioula, ou “da paixão”, adequada ao semiárido e que vem sendo trabalhada e guardada desde gerações passadas.

— As crioulas têm mostrado que, talvez pela adaptação ao meio, produzem mais do que as oficiais ou comerciais. Não que estas não sejam boas. Mas exigem custos adicionais, como adubação, irrigação, defensivos, que terminam só dando lucratividade se plantadas em larga escala. Já as nativas chegam livres de agrotóxicos e não precisam de despesas com esses cuidados adicionais — afirma o agrônomo Emanuel Dias, da

Assessoria e Serviços em Projetos de Agricultura Alternativa (AS-PTA), uma das parceiras da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), rede de organizações que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas para a região semiárida.

Utilizadas desde os tempos pré-coloniais pelos índios, as sementes crioulas chegaram aos dias atuais pela prática da agricultura tradicional, na qual os lavradores conservam-nas, selecionam, melhoram e as trocam entre si. Seu nome muda de acordo com o estado: são as sementes “da paixão” na Paraíba, “da fartura” no Piauí, “da resistência” em Alagoas, “da liberdade” em Sergipe, e “da gente” em Minas Gerais. Agora, as comunidades vêm se organizando para a criação de bancos de sementes crioulas, que podem ser familiares, comunitários ou regionais.

Segundo a ASA, já há mais de mil experiências coletivas, que envolvem quase 20 mil famílias. Só na região da Borborema, que congrega quinze municípios, os bancos comunitários somam 73, e há ainda outros três mil familiares. No estado, a “rede” já possui 225 bancos comunitários, com mais de oito mil famílias beneficiadas em 61 municípios.

Um dos bancos comunitários mais tradicionais é o do Sítio São Tomé, em Alagoa Nova, a 136 quilômetros de João Pessoa. O banco foi fundado em 1974 por José Oliveira Luna, o Zé Pequeno, indignado com a manipulação política. No sertão, a exemplo do que ocorria com a água, as sementes vinham se transformando em “moeda” eleitoreira.

— Tomei a iniciativa porque as sementes estavam fugindo do nosso meio, por causa do assistencialismo político. Fiquei revoltado com o que as autoridades faziam. Davam sementes em troca de voto — lembra Zé Pequeno, cujo banco tem hoje 61 “sócios” e preserva mais de 20 variedades tradicionais de milho e feijão, que são cultivadas na região.

Cada lavrador é obrigado a devolver 15 quilos de sementes crioulas para cada dez que receberam. Caso estas não vinguem, ele se obriga a devolver aquela quantidade em outra variedade.

Zé Pequeno defende que as sementes crioulas são cem por cento melhores do que as híbridas e que os sítios que as utilizam comemoram a fartura. As híbridas (não confundir com transgênicas, que são as geneticamente modificadas) resultam do cruzamento de variedades diferentes, seja na forma natural ou em laboratório. Mas estas vão perdendo a produtividade durante safras seguidas, o que obriga o lavrador a ter despesas a cada safra ou a depender da distribuição gratuita, feita pelos governos.

Em geral, são compradas em grandes quantidades e distribuídas de graça aos agricultores, quase sempre descapitalizados com as constantes secas que assolam a região. Como recebem em pequenas quantidades (até três quilos), eles precisam apelar para o comércio nos períodos de bom inverno, quando os preços são proibitivos para os padrões da Caatinga. Para os lavradores, as híbridas trazem três tipos de risco: a dependência da boa vontade das autoridades, a erosão do patrimônio genético da região,

e a não garantia da segurança alimentar. Pior do que isso: só germinam bem na primeira geração.

— Na segunda, já não brotam como na primeira. E na terceira, nem nascem. Percebi que tinha virado escravo. Agora só planto semente crioula, porque produz melhor e a saúde é outra — afirma Carlos Soares Menezes, do Sítio São Carlos, localizado no município de Monte Alegre, em Sergipe.

A julgar por estudos realizados pela Embrapa Tabuleiros Costeiros, há vantagens no uso das crioulas. Foram testados sete campos de multiplicação em seis municípios diferentes, e realizados ensaios comparativos. Os testes foram efetuados entre 2010 e 2013, e analisado o desempenho de oito tipos de sementes, sendo seis crioulas, uma híbrida distribuída por órgãos oficiais e outra escolhida em casas comerciais. Ao todo, foram efetuados oito ensaios no período.

O estudo mostrou, por exemplo, que a variedade crioula jabatão de milho rendeu 2,5 toneladas de grãos por hectare, enquanto a comercial, conhecida por caatingueira (desenvolvida pela própria Embrapa), só produziu duas. Enquanto a primeira rendeu 11 toneladas de massa seca por hectare, a caatingueira só deu 8,5. A massa seca é importante no semiárido porque serve de forragem para o gado.

Por conta da importância das crioulas, a ASA incluiu o apoio e estímulo à criação de bancos de sementes no P1+2, Programa Uma Terra e Duas Águas. O P1+2 surgiu como desdobramento do P1MC, Programa Um Milhão de Cisternas, que visa implantar 1 milhão de cisternas para consumo doméstico no semiárido. O P1MC já implantou mais de 500 mil cisternas domésticas no semiárido, com o objetivo de garantir água potável para as famílias da área rural durante as secas.

Já o P1+2 visa um passo adiante: assegurar água para a agricultura e a segurança alimentar, inclusive com permanente de sementes crioulas. Até agora implantou 33.473 tecnologias como barragens subterrâneas, cisternas de enxurrada e tanques de pedra, entre outras.

Guardiões da paixão

Durante muito tempo marginalizadas pelos programas governamentais — pois eram consideradas grãos, usados para alimentação e não para o plantio — as crioulas passaram a ser reconhecidas como sementes a partir da Lei 10711/2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças. Essa lei impede que sejam feitas restrições à inclusão das crioulas em programas de financiamento ou em políticas públicas de aquisição, distribuição ou troca de sementes. Em pelo menos dois estados — Paraíba e Alagoas — há legislações locais incentivando a produção de sementes crioulas. Mas os agricultores reclamam que a maior parte da lei permanece no papel.

De acordo com o agrônomo Emanuel Dias, da AS-PTA, só no ano passado o governo da Paraíba investiu R\$ 350 milhões na aquisição de sementes. Mas elas eram de uma só variedade e vinham de um mesmo fornecedor. Os sertanejos reivindicam o direito de

também fornecer as suas. E afirmam ser urgente a implantação não só de iniciativas estaduais, mas de um programa nacional de fortalecimento de bancos comunitários de sementes “que valorize o patrimônio genético produzido gratuitamente pelas famílias agricultoras”. Em carta divulgada durante o 3º Encontro de Agricultores Experimentadores em Campina Grande, em outubro do ano passado, eles ressaltaram o pesar por estarem “assistindo a distribuição de sementes por meio dos Programas Estadual e Federal no território da Borborema e em todo o estado da Paraíba”. Denunciaram que a distribuição de poucas variedades, não adaptadas às condições ambientais e socioculturais das diferentes regiões, “repete o erro histórico dos programas públicos que em nada contribuíram para promover a autonomia das famílias agricultoras”, prática que contribui “para a erosão genética da rica diversidade das sementes da paixão cultivada pelas famílias agricultoras”.

As coisas, no entanto, começam a mudar. Organizados em cooperativas, os produtores já conseguem vender suas crioulas para programas federais como o de Aquisição de Alimentos, o PAA, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Eles exigem que o Programa Brasil Sem Miséria trabalhe prioritariamente com as crioulas e que o governo crie condições para que, num futuro não tão distante, opere exclusivamente com elas.

— Eu já tinha dito para o governo que não queria mais semente híbrida, mas mandaram para os 19 agricultores que se inscreveram no Garantia Safra, em Queimadas — conta Maria do Carmo Silva, que preside a associação de moradores da comunidade. — Foi no mês de junho. As sementes ficaram armazenadas em um galpão, junto da minha casa. Meu neto passou junto e ficou adoentado por causa do veneno. Agora virei guardiã e só trabalho com as crioulas. Lá no Sítio Guritiba fundamos um banco de sementes que já tem 32 sócios.

Agroflorestas se baseiam na dinâmica e biodiversidade florestal. Josi Basso – Site do MST. 15/01/2014

Do EcoDebate

Em Barra do Turvo (SP), no Vale do Ribeira – região com um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado – onde, em 2003, a Associação iniciou a implantação desta Tecnologia, a população não tinha conhecimento sobre técnicas de manejo e prevalecia a monocultura, com exploração predatória dos recursos naturais da Mata Atlântica, bioma da região.

No sistema convencional, de monocultivo, o solo geralmente chega a um ponto em que fica completamente degradado e sem nutrientes para produzir e manter as reservas naturais.

Ao acompanhar a dilapidação do patrimônio genético da floresta, aliada à ausência de uma política voltada ao manejo sustentável, com famílias abandonando suas terras, sem destino, saúde e trabalho, iniciou-se estudo e implantação da Agrofloresta na região.

Com a Agrofloresta, o material vegetal preexistente é cortado e disposto de forma ordenada e com arranjo definido no solo, sem a utilização de fogo. Ao longo do tempo, há um manejo intensivo da vegetação, especialmente na poda e na disposição do material podado no solo, criando o que se chama de ‘berços’.

Desta maneira, o aproveitamento da matéria orgânica pela vida do solo é ainda maior que nas clareiras naturais. A água entra melhor na terra, com maior aproveitamento. É nesta pequena faixa que se colocam as sementes, tubérculos ou manivas. Ao longo do tempo, vão surgindo várias espécies de plantas por regeneração natural.

Na agricultura convencional, essas espécies seriam eliminadas. Em uma agrofloresta, procura-se manter, a cada etapa de sucessão, espécies adequadas às situações de fertilidade do solo, conjunto de espécies companheiras ao redor e luminosidade nos diferentes andares.

O resultado é a integração entre homem e natureza. “Consideramos ser essa a agricultura ideal para o planeta, pois a convencional está destruindo e desrespeitando o meio ambiente.

A nossa técnica trabalha a relação homem e natureza, pois os cultivos em equilíbrio não se exaurem, mas colaboram entre si, mutuamente”, enfatiza Lucilene Vanessa Andrade, agrônoma que integra a equipe técnica da Cooperafloresta.

Com isso, na agrofloresta você está plantando e colhendo ao mesmo tempo e regularmente gerando renda. O adubo vem da própria natureza; as podas feitas corretamente deixam os raios de sol entrar e dão força para as verduras, legumes, hortaliças, frutas crescerem. E o mais importante: tudo vai para as próprias famílias por meio da comercialização coletiva.

“Vale ressaltar que as agroflorestas, conduzidas sob uma lógica agroecológica, transcendem qualquer modelo pronto e incorporam a sustentabilidade quando se desenham agroecossistemas adaptados ao potencial natural do lugar, aproveitando os conhecimentos locais.

Assim sendo, não existe um modelo, e sim, princípios, fundamentos e práticas que têm que ser adaptados a cada realidade”, finaliza a engenheira agrônoma Lucilene Vanessa.

Resgate do conhecimento tradicional

“Buscamos articular o resgate do conhecimento tradicional, a geração de pesquisas de forma participante à difusão dos ensinamentos técnicos para, com isso, termos como resultado a geração de renda por meio da produção nas agroflorestas. Mas, aliado a isso, resgatamos, em cada cultura presente na Mata Atlântica, o valor pessoal para o enfrentamento da exclusão social”, enfatiza o engenheiro agrônomo e técnico da Cooperafloresta, Nelson Eduardo Corrêa Netto.

Um exemplo, cita Corrêa Netto, são os Quilombolas, que têm seus conhecimentos tradicionais, fundamentais para o desenvolvimento daquele solo em questão e das suas culturas ancestrais. Para tanto, os processos de organização das famílias, valorização dos seus sabores são fundamentais para o sucesso das Agroflorestas.

Sucesso da Agrofloresta é fruto de um processo continuado

“Diante da situação em que se encontravam as famílias agricultoras e quilombolas do Vale do Ribeira, de exclusão resultante de um modelo agrícola concentrador e gerador de graves impactos econômicos, sociais e ambientais, com poucas perspectivas de superação, a adoção do modelo agroflorestal foi essencial para o resgate das 120 famílias associadas”, lembra Nelson.

O sucesso do projeto, que proporciona, continuamente, ampliação significativa de renda para as famílias associadas; diversidade de produtos para autoconsumo e recuperação de 1 mil hectares (ha) dos recursos naturais demonstram o sucesso dos sistemas agroflorestais desenvolvidos pela Cooperafloresta.

Para tanto, o processo continuado de organização, formação e assessoria técnica para o desenvolvimento das agroflorestas, certificação participativa e comercialização coletiva é de fundamental importância.

“Estamos em constantes estudos, prestando assessoria técnica, colaborando com o desenvolvimento do processo como um todo. A sistematização das experiências oportuniza um olhar qualificado para a tecnologia social, gerando referenciais para serem socializados na perspectiva da sua multiplicação.

Para tal, estabelecemos parcerias com institutos de pesquisa e universidades, que têm realizado estudos e pesquisas regulares”, enfatiza o técnico da Cooperafloresta.

Prática agroflorestal também fortalece assentamentos de Reforma Agrária

Famílias agricultoras de assentamentos de Reforma Agrária, em diversos municípios do Brasil, também estão sendo beneficiadas pela adoção dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) com apoio da Cooperafloresta.

Atualmente, cerca de 180 famílias agriculturas assentadas, distribuídas nos municípios de Morretes, Antonina, Paranaguá, Serra Negra (Litoral do Paraná), Lapa (grande Curitiba/PR), Ribeirão Preto e Apiaí (ambos em São Paulo) estão tornando seus lotes em um modelo viável de produção alternativa à monocultura e um exemplo de reforma agrária bem-sucedida.

Cada localidade com suas peculiaridades climáticas e socioeconômicas estão se integrando em torno de um só objetivo: proteção e recuperação ambiental aliadas ao resgate da dignidade de vida das famílias. “Para tanto, o trabalho é detalhado, moroso, mas satisfatório”, diz Nelson Corrêa Netto.

“Apesar dos assentados já terem conhecimento sobre o respeito ao meio ambiente em razão do engajamento na causa da Reforma Agrária, na maioria dos lotes, a exemplo dos de Ribeirão Preto, as terras estão desgastadas pelo uso de agrotóxicos, heranças deixadas pelo cultivo da cana de açúcar”, finaliza o engenheiro agrônomo Nelson Eduardo Corrêa Netto.

“Hoje pra mim não tem outra forma de agricultura que não seja no sistema agroflorestal, onde tem vida, fartura, diversidade, renda e ainda contribuimos com meio ambiente”, ressalta Ademir Fernandes, do Assentamento Pantanal, membro do Grupo Agroflorestal Gralha Azul /MST em Morretes, litoral do Paraná.

Tecnologia Social da Cooperafloresta está entre as três melhores do país

Trata-se do prêmio promovido pela Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, que na edição 2013 elegeu o projeto ‘Agrofloresta baseada na estrutura, dinâmica e biodiversidade florestal’ um dos três melhores do Brasil, na categoria “Comunidades Tradicionais, Agricultores Familiares e Assentados da Reforma Agrária”. A edição deste ano teve 1.011 inscritos e, ao final, cinco categorias definidas, com 15 projetos premiados.

A Cooperafloresta – Associação que atua com 120 famílias agricultoras e quilombolas desde 2003 visando à adoção dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) – prática que promove a proteção e recuperação ambiental aliada ao resgate da dignidade de vida dos seus associados – está entre os 15 projetos eleitos os melhores do país, pela Fundação Banco do Brasil (FBB) de Tecnologia Social, que atuam na transformação de comunidades.

Ao todo, foram 1.011 inscrições, o que resultou na definição de cinco categorias, sendo três contemplados em cada uma delas. Os projetos passaram a compor o Banco de Tecnologias Sociais da FBB em um cadastro online que dispõe as soluções desenvolvidas e aplicadas por instituições para os mais diversos problemas sociais.

A Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo/SP e Adrianópolis/PR (Cooperafloresta) ficou em segundo lugar na “Comunidades Tradicionais, Agricultores Familiares e Assentados da Reforma Agrária”.

O prêmio nesta categoria foi decorrente do desenvolvimento da tecnologia social ‘Agrofloresta baseada na estrutura, dinâmica e biodiversidade florestal’. As vencedoras foram escolhidas segundo critérios de inovação, interação com a comunidade, poder de transformação social e potencial de replicabilidade.

Brasil Orgânico e Sustentável abre inscrições para agricultura familiar. Talita Viana – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 16/01/2014

Sessenta empreendimentos da agricultura familiar irão participar da Campanha Brasil Orgânico e Sustentável. As inscrições podem ser feitas até o próximo dia 26, no site do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Para os agricultores familiares essa é

uma oportunidade de promover seus produtos, uma vez que com a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 o Brasil terá grande atenção.

O diretor do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Nilton Pinho de Bem, explica que as cooperativas que fazem parte da campanha são apoiadas pelo MDA por meio de políticas públicas como o Programa de Ater Mais Gestão (para gestão de cooperativas) e os programas de compras públicas da agricultura familiar. “A campanha é uma excelente oportunidade para apoiar as cooperativas na comercialização e promoção de vendas de seus produtos”, disse.

Serão montados estandes em várias cidades-sede da Copa. Cada estande contará com a participação de seis empreendimentos da agricultura familiar representando seus produtos. Os empreendimentos selecionados participarão dos quiosques durante sete dias em cada cidade, entre os dias 11 a 27 de junho de 2014, dependendo da cidade sede.

Campanha

A campanha Brasil Orgânico e Sustentável consiste em inserir os produtos orgânicos, da agricultura familiar, em pontos de degustação, canais de venda direta, participação em eventos de projeção nacional e internacional, sempre com a marca Brasil Orgânico e Sustentável. Esses produtos estarão presentes também nos eventos esportivos e nos demais eventos paralelos à realização dos jogos da Copa do Mundo de 2014.

O projeto é uma iniciativa do Governo Federal, por meio dos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Esporte (ME) em parceria com a Agência de Cooperação Alemã (GIZ) e com a Associação Brasil Orgânico e Sustentável (Abrasos).

Seleção

Os empreendimentos interessados devem possuir um ou mais dos seguintes selos: Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (Sipaf); Produto Orgânico do Brasil; Comércio Justo; Identificação Geográfica; Maior percentual de sócios inscritos no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal; ou acessar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Deverão possuir, também, produtos com padrão de oferta aos mercados de bares, hotéis, restaurantes e no varejo, além de ter interesse em inserir e/ou ampliar a oferta de seus produtos nesses setores.

Brasil Orgânico e Sustentável levará produtos orgânicos para Copa do Mundo – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 17/01/2014

Quiosques em 10 cidades-sede do evento irão comercializar produtos da agricultura familiar. Baseada nos princípios de sustentabilidade, comércio justo e alimentação saudável, campanha quer incentivar abertura do mercado aos pequenos produtores

Brasília, 17 – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) publicou nesta quinta-feira (16), no Diário Oficial da União, portaria que cria a Campanha Brasil Orgânico e Sustentável para a Copa do Mundo de 2014. Um dos objetivos da campanha é incentivar a comercialização e o consumo de produtos orgânicos e da agricultura familiar antes, durante e após o evento esportivo que será sediado, neste ano, em 10 cidades brasileiras: Brasília, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador.

“A Copa do Mundo é uma excelente oportunidade para incluirmos o tema da produção e do consumo de produtos orgânicos na agenda nacional de sustentabilidade”, afirma o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnoldo de Campos. Segundo ele, a principal estratégia é sensibilizar os consumidores e aumentar a demanda por produtos orgânicos e sustentáveis, cuja produção é baseada nos princípios de sustentabilidade, comércio justo e alimentação saudável.

Durante a Copa, os agricultores irão comercializar seus produtos em pontos de venda que serão instalados nas cidades-sede do Mundial, no período de 11 de junho a 27 de junho deste ano. Neste mês, o MDS publicou uma chamada pública direcionada a empreendimentos da agricultura familiar que tenham a intenção de comercializar seus produtos nos quiosques do Brasil Orgânico e Sustentável. “A campanha pretende promover a abertura de novos mercados de comercialização, incentivar o consumo de alimentos saudáveis e deixar como legado uma cadeia produtiva mais estruturada”, destaca Arnoldo.

De acordo com o secretário, além de fomentar a agricultura familiar, promovendo inserção social dos pequenos produtores rurais, essa demanda diferenciada contribuirá para o incremento do comércio de produtos orgânicos, com geração de emprego e renda para centenas de trabalhadores. Coordenada pelo MDS, a Campanha Brasil Orgânico Sustentável será realizada em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Iniciativa internacional exibirá exemplos de produções sustentáveis de agricultores. Roberta Paola – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 21/01/2014

Agricultores familiares brasileiros que se dedicam a cultivar alimentos orgânicos poderão compartilhar com o mundo seu processo de produção. A apresentação ocorrerá por meio de vídeos, que serão exibidos nos diversos eventos organizados para comemorar o Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014 (AIAF). A intenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é disseminar o papel que cada produtor rural desempenha para fortalecer, diariamente, o plantio sustentável.

Os interessados em participar da iniciativa devem registrar, em até três minutos, depoimentos de sua família e imagens de suas propriedades associações, cooperativas ou assentamentos. Os vídeos podem ser gravados com câmeras amadoras ou até mesmo com aparelhos de celular. O material deve ser enviado até o próximo sábado (25).

O encaminhamento dos vídeos é feito pelo site de compartilhamento WeTransfer, que pode ser acessado pelo endereço <http://www.wetransfer.com>. O conteúdo deve ser endereçado para o e-mail familyfarming@icea.info.

Ano Internacional da Agricultura Familiar

O Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014 foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), em reconhecimento à contribuição da agricultura familiar para segurança alimentar e erradicação da pobreza no mundo.

A primeira exibição do filme ocorrerá entre os dias 12 e 15 de fevereiro, durante a BioFach 2014, na Alemanha. O evento é considerado a maior feira de produtos orgânicos do mundo.

A divulgação das imagens é promovida pela Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (Ifoam, sigla em inglês para International Federation of Organic Agriculture Movements), em conjunto com a Fairtrade International (FLO) e o Instituto para a Certificação Ética e Ambiental (Icea, sigla em italiano que significa Istituto per la Certificazione Etica ed Ambientale).

Visibilidade para Agricultura Familiar na Copa do Mundo – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (FETRAF). 22/01/2014

Projeto Brasil Orgânico e Sustentável terá quiosques com produtos da categoria

Agricultores familiares poderão expor seus produtos e criar novas oportunidades de negócios durante a Copa do Mundo de 2014.

Por meio do Brasil Orgânico e Sustentável, do Governo Federal, serão instalados os Quiosques Brasil Orgânico e Sustentável nas doze cidades sedes da Copa.

Para participar, os empreendimentos coletivos da agricultura familiar devem preencher o formulário e enviar até às 23h59 do dia 26 de janeiro.

Serão selecionados 60 empreendimentos, mas para participar, é preciso que tenham obrigatoriamente um ou mais dos seguintes selos: SIPAF –Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar; Produto Orgânico do Brasil; Comércio Justo; Identificação Geográfica; Maior percentual de sócios inscritos no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal; Acessar o Programa de Aquisição de Alimentos.

O objetivo do Projeto é promover a produção e o consumo de alimentos orgânicos e sustentáveis no país, com a conseqüente geração de benefícios sociais e ambientais associados.

Ministério discute Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 22/01/2014

Primeiro encontro de 2014 terá participação da presidenta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Wasmália Bivar

Brasília, 22 – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realiza nesta sexta-feira (24) a primeira edição de 2014 da Sexta com Debate, encontro quinzenal que tem como objetivo discutir temas relacionados ao desenvolvimento social no Brasil e no mundo. O encontro terá como convidada a presidenta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Wasmália Bivar, e o tema será “Agenda para o Desenvolvimento pós 2015, riscos, ameaças e oportunidades.”

Doutora em Economia e presidenta do IBGE desde setembro de 2011, Wasmália Bivar falará sobre os desafios para os próximos anos, particularmente em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que devem substituir os Objetivos do Milênio da ONU a partir de 2015. A apresentação também deverá abordar estratégias para os Sistemas Estatísticos Nacionais neste contexto.

O rascunho dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foi apresentado pela ONU em maio de 2013. O documento parte das diretrizes do texto da Rio+20 e define dez objetivos principais: erradicar a pobreza extrema, inclusive a fome; alcançar o desenvolvimento dentro dos limites planetários; assegurar o aprendizado efetivo de todas as crianças e jovens para a vida e a subsistência; alcançar a igualdade de gêneros, a inclusão social e os direitos humanos; alcançar a saúde e o bem-estar para todas as idades; melhorar os sistemas agrícolas e aumentar a prosperidade rural; tornar as cidades mais inclusivas, produtivas e resilientes; refrear as mudanças climáticas e garantir energia limpa para todos; proteger os serviços ecossistêmicos, a biodiversidade e a boa gestão dos recursos naturais; e ter uma governança voltada para o desenvolvimento sustentável.

Organizada pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi), a Sexta com Debate promove apresentações de temas de interesse para as políticas sociais feitas por especialistas do MDS e de outras instituições. As apresentações ocorrem sempre às sextas-feiras, a cada 15 dias, e têm duração de 1h30.

Em busca de modelos de produção sustentáveis – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 23/01/2014

Os 23 experimentos implantados pelo Projeto Biomas no Cerrado buscam demonstrar, por meio da pesquisa, modelos de produção sustentáveis, economicamente viáveis e com apelo social. “O discurso é fácil, mas é a pesquisa que vai quantificar a

compatibilidade entre meio ambiente, economia e empregabilidade de mão-de-obra”, disse Felipe Ribeiro, coordenador do Projeto Biomas no Cerrado.

A Coordenadora de Sustentabilidade da Monsanto, Isabela Helena De Marchi, e o Analista de Sustentabilidade da Monsanto, Bruno dos Santos Dias, estão visitando diversas propriedades rurais do Brasil em busca de modelos sustentáveis de produção. Nesta semana, eles estiveram na Fazenda Entre Rios, no Distrito Federal, onde o Projeto Biomas já possui 23 experimentos implantados.

Os representantes da Monsanto visitaram, registraram e fotografaram os 23 experimentos do Projeto Biomas no Cerrado. “Sou advogada e me especializei no cumprimento da legislação ambiental. Fiquei encantada com o que vi aqui. Temos um projeto na Monsanto que pretende certificar as propriedades que servem de modelo em sustentabilidade. Essa visita foi muito importante”, conta Isabela De Marchi. Seu assessor, Bruno dos Santos Dias, também ficou impressionado. “Nesta propriedade tudo é feito com muito capricho. Os experimentos estão evoluindo muito bem”.

Os proprietários da área experimental, donos da Fazenda Entre Rios, Adriano Varela Galvão e José Brilhante Neto, acompanharam toda a visita dos representantes da Monsanto. “Nós cedemos alguns espaços e hoje os experimentos já ocupam 70 hectares. Nós também ganhamos com a troca de conhecimentos com os técnicos e coordenadores do Projeto Biomas”, afirmou Adriano Varela Galvão.

Cláudia Rabelo, Coordenadora Nacional do Projeto Biomas na CNA, conta que está planejando uma agenda dos patrocinadores com áreas experimentais de pesquisa. “Em 2014, precisamos aproximar os nossos experimentos de quem está no escritório, possibilitando que tenhamos indicadores de sustentabilidade, economia e empregabilidade na área rural. Tudo isso utilizando a árvore como elemento principal. Esta é a principal missão do Projeto Biomas”, finalizou.

Preservando uma das maiores riquezas da Amazônia: a árvore – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 24/01/2014

Os pesquisadores do Projeto Biomas começaram o ano de 2014 com o pé direito. No primeiro mês do ano, eles implantaram um importante projeto de pesquisa que utiliza árvores nativas da Amazônia para recuperação de Reserva Legal. “O objetivo da pesquisa é o de verificar o retorno social, econômico e ambiental que estas espécies possam oferecer sob a ótica de Área de Reserva Legal. A região, forte produtora de pecuária de corte, carece de dados desta natureza”, afirma Gustavo Curcio, coordenador geral do Projeto Biomas pela Embrapa.

O experimento foi implantado no município de São Domingos do Araguaia – PA, mais especificamente na fazenda Cristalina, propriedade do Sr. Walter Muller e sede do Projeto Biomas na Amazônia.

O projeto foi idealizado pelos pesquisadores Dra. Annete Bonnet e Dr. Gustavo Ribas Curcio. “Pretendemos avaliar o desenvolvimento das espécies no sentido de atender algumas demandas em relação ao uso de árvores naquela região, tais como lenha, mourão, fruteiras e recuperação ambiental propriamente dita. Assim, vamos demonstrar formas sustentáveis da produção na propriedade rural, envolvendo uma das maiores riquezas daquele bioma, a árvore”, diz Dra Annete Bonnet.

A ação envolve o uso de 12 espécies nativas (Parkia pendula - faveira bolota, Sclerolobium paniculatum – tachi-branco, Tabebuia impetiginosa - ipê roxo, Dipterix odorata – cumaru, Oenocarpus bacaba – bacaba, Platonía insignis – bacuri, Bertholletia excelsa – castanheira, Sterculia striata – chichá-do-cerrado, Pseudobombax munguba – munguba, Hymenaea courbaril – jatobá, Schizolobium amazonicum – paricá, Euterpe oleracea – açaí), garantindo elevada diversidade de espécies.

Área equivalente ao Brasil pode estar degradada até 2050 – O Globo, Ciência. 24/01/2014

Em relatório, Pnuma alerta para consequências da produção de alimentos; agronegócio e aumento da concentração no mercado de sementes e grãos preocupam

DAVOS - O mundo pode perder 849 milhões de hectares - uma área equivalente ao Brasil - até 2050, se os padrões utilizados atualmente para o uso da terra forem mantidos. O alerta é do novo relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), lançado nesta sexta-feira durante o Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos, na Suíça. De acordo com o documento, a necessidade de aumentar a produção de alimentos, devido ao crescimento da população, e a criação de um mercado global do agronegócio impulsionam a degradação do solo.

O estudo, chamado “Avaliação global de uso da terra: equilíbrio entre o consumo e a produção sustentável”, foi produzido pelo Painel Internacional de Recursos (IRP, na sigla em inglês) e ressalta a importância do consumo responsável e de técnicas sustentáveis de plantio para frear a ocupação nociva do solo.

A agricultura ocupa atualmente 30% da terra em todo o mundo, e é a causa do desgaste e da perda da biodiversidade em 23% dos solos globais. Somente entre 1961 e 2007, as terras cultivadas sofreram expansão de 11%. Segundo o relatório, a tendência é que o índice continue a subir.

Além disso, a migração de populações rurais para cidades deve expandir as áreas urbanas em 15 bilhões de hectares até 2050, o equivalente a 5% das terras do planeta.

“As conclusões do IRP mostram um declínio acentuado nos ecossistemas terrestres nas últimas décadas. Florestas e outros biomas foram convertidos em terras para cultivo a um custo que não é sustentável”, afirmou o subsecretário Geral da ONU e diretor executivo do Pnuma, Achim Steiner. “Como a terra é um recurso limitado, precisamos nos tornar mais eficientes na forma de produzir e consumir. As recomendações do

relatório devem alertar líderes e contribuir para as discussões sobre o uso sustentável de recursos, incluindo novas metas para o desenvolvimento sustentável pós-2015”.

Agronegócio impulsiona degradação

O relatório aborda o papel do agronegócio no aumento da degradação das terras, por impulsionar a concentração do mercado e o uso de pesticidas e fertilizantes. De acordo com o documento, em 2005, dez corporações controlavam metade das vendas de sementes no mundo, as cinco maiores companhias de comércio de grãos ocupavam 75% do mercado e os dez maiores produtores de pesticidas forneciam 84% dos produtos do setor.

Produzido por 27 cientistas, 33 representantes de governos e outros grupos, o estudo aponta que mais da metade de todos os fertilizantes sintéticos de nitrogênio produzidos na História foram utilizados nos últimos 25 anos.

No entanto, o relatório afirma que ainda é possível reverter a situação. O Pnuma afirma que cerca de 319 milhões de hectares poderiam ser preservados até 2050 com as seguintes medidas: investimentos para a recuperação de solos degradados; melhorias nas técnicas de plantio; intensificação de práticas sustentáveis; monitoramento do uso de terra; redução do desperdício; e diminuição do subsídio em plantações utilizadas para a produção de combustíveis.

Produção sustentável de grãos e bovinos na Amazônia – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 27/01/2014

Pesquisadores do Projeto Biomas finalizaram a implantação de dois grandes projetos na Fazenda Cristalina, em São Domingos do Araguaia, no Pará. Ambos os projetos ocupam uma área de 7 hectares, estudam melhorias em sistemas integrados entre plantio de grãos e pecuária e incluem estudos com espécies florestais. “São os dois maiores experimentos que temos implantados na Amazônia. Cada um ocupa 3,5 hectares e finalizar sua implantação é uma grande conquista”, conta Alexandre Mehl Lunz, coordenador regional do Projeto Biomas na Amazônia.

Entre 1995 e 2006, a Amazônia obteve um crescimento de 50% do rebanho. E os grãos aumentaram 141% em relação à média nacional, de acordo com dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Por isso, o Projeto Biomas entende a relevância desses experimentos para o desenvolvimento da região.

Para orientar os produtores rurais sobre as formas sustentáveis e lucrativas de produção, os pesquisadores do Projeto Biomas estudam os sistemas integrados. “Pretendemos gerar indicadores de viabilidade econômica que subsidiem a tomada de decisão dos produtores. Os sistemas de Integração Lavoura Pecuária Floresta – ILPF, aliados às práticas conservacionistas como o Sistema Plantio Direto (SPD) e a rotação e sucessão de culturas, são alternativas econômicas e sustentáveis para recuperar áreas antropizadas, principalmente as pastagens. A receita das lavouras de grãos, cultivadas

nos primeiros anos, amortizam os custos de implantação do sistema”, comenta Roni de Azevedo, pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental e coordenador do projeto intitulado “Integração Lavoura-Pecuária-Floresta – iLPF: opção de sistema integrado de produção para áreas antropizadas”, um dos projetos implantados no Bioma Amazônia.

O segundo projeto de pesquisa implantado na Amazônia pelos pesquisadores do Projeto Biomas propõe alternativas para melhorar os sistemas de produção pecuários existentes através de Sistemas Silvopastoris (SSP), fortalecendo as atividades produtivas e potencializando o uso dos recursos naturais existentes. “Com esse experimento, poderemos apresentar aos pecuaristas os indicadores técnicos do sistema SSP de forma a disponibilizar uma alternativa de recuperação e produção pecuária sustentável para a produção de carne e leite associados à produção florestal”, explica a coordenadora do projeto intitulado “A produção pecuária sob a sombra das árvores e em equilíbrio com o ecossistema”, Dra. Gladys Beatriz Martínez, pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental.

Dos 21 projetos de pesquisa aprovados na Amazônia, 16 envolvem ações de plantios de mudas, dos quais sete já foram implantados entre dezembro de 2013 e janeiro de 2014. E o trabalho continua.

Bolsa Verde ajuda 40 mil famílias em regiões remotas da Amazônia. Letícia Verdi – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 27/01/2014

Ação envolve também emissão de documentos, inscrição nos programas de assistência social e a orientação sobre práticas de conservação.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) atendeu a quase 40 mil novas famílias em 27 municípios do Pará, entre julho e dezembro de 2013, em mutirões do Bolsa Verde. As famílias atendidas assinaram termo de adesão e suas condições socioeconômicas estão sendo verificadas para inclusão no programa. As que forem selecionadas vivem em situação de extrema pobreza em áreas consideradas prioritárias para a conservação ambiental e vão receber o benefício de R\$ 300 a cada três meses. Em troca, assumem o compromisso de continuar preservando os ecossistemas em que estão inseridas, por meio da manutenção e uso sustentável dos recursos naturais.

Serão beneficiados moradores das cidades de Breves, Portel, São Sebastião da Boa Vista, Curalinho, Santarém, Gurupá, Porto de Moz, Cachoeira do Arari, Soure, Bragança, Tracuateua, Viseu, Curuçá, Santarém Novo, Augusto Corrêa, Afuá, Chaves, Abaetetuba, Limoeiro do Ajuru, Cametá, Aveiro, Belterra, Oriximiná, Óbidos, Alenquer, Curuá e Monte Alegre.

Desde o início do programa, em 2011, já foram cadastradas mais de 51 mil famílias, sendo a maioria no Pará. Os beneficiários vivem em projetos de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), sendo 30.262 pessoas; em Unidades de Conservação de Uso Sustentável do Instituto Chico Mendes de

Biodiversidade (ICMBio), mais 17.443; e 3.367 em áreas administradas pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU). A meta é, até o final de 2014, chegar a 73 mil famílias.

PARCERIA

Os mutirões foram uma ação desenvolvida em parceria com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) e Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Para 2014, novas ações de expansão estão programadas, com destaque para a universalização do acesso ao Bolsa Verde para as famílias que atendem os critérios socioeconômicos nas Unidades de Conservação (UCs).

Segundo o gerente de Gestão Socioambiental do MMA, Gabriel Lui, os moradores das regiões rurais da Amazônia representam o maior desafio para a Busca Ativa – ação organizada pelo governo federal para identificar e atender famílias em situação de extrema pobreza (renda per capita de até R\$ 70). “Ali está a parcela da população de mais difícil acesso, em áreas antes esquecidas. Em muitas dessas áreas, foi a primeira vez que o Governo Federal desembarcou com uma ação coordenada no local. Com isso, foi possível levar outros serviços, como a emissão de documentos, a inscrição nos programas de assistência social e a orientação sobre práticas de conservação”, disse Lui, destacando o ineditismo do programa.

SERVIÇOS AMBIENTAIS

Quem recebe o Bolsa Verde está inscrito no CadÚnico, porta de entrada para os programas sociais do Governo Federal, e já recebe o Bolsa Família. “A lógica dos programas de assistência do governo federal é que eles se complementem. Nesse sentido, o Bolsa Verde é um reconhecimento da importância das populações que mantêm seus ativos ambientais nos seus territórios”, explica Gabriel Lui. O programa surgiu, em 2011, com o intuito de reconhecer e compensar comunidades tradicionais e agricultores familiares pela manutenção das suas áreas e pelos serviços ambientais que prestam à sociedade.

No ano passado, a analista ambiental Renata Apolônio participou do mutirão de cadastro do Bolsa Verde, junto a outros 22 servidores do MMA. Ela contou que o trabalho foi uma experiência enriquecedora. “Estivemos em contato com o público para o qual fazemos as políticas públicas. Recebemos sugestões de melhorias e pudemos ver o impacto do projeto na vida dessas pessoas”, afirmou. A cada viagem ao Pará, um servidor do governo federal ficava responsável por coordenar a ação, exercida em conjunto com a prefeitura local gestores dos órgãos parceiros (Incra, ICMBio e SPU).

Brasil, Índia e África do Sul buscam cooperação sobre biodiversidade. Luciene de Assis – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 28/01/2014

Experiências dos três países serão apresentadas ao Japão, União Europeia, Suíça, Noruega e México

A Cidade do Cabo, na África do Sul, sedia encontro internacional, de 29 a 31 deste mês, com a finalidade de favorecer a troca de experiências, discutir as possibilidades de cooperação futura e desenvolver capacitação em acesso e repartição de benefícios decorrentes dos recursos genéticos oriundos da biodiversidade. Representantes do Brasil, da Índia e do país anfitrião mostrarão as experiências adquiridas nos últimos 11 anos à União Europeia, Suíça, Japão, Noruega e México, entre outros países usuários dos materiais produzidos ou desenvolvidos. A medida é mais um esforço para implantar o Protocolo de Nagoia sobre uso e repartição de benefícios.

O Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Advindos de sua Utilização (ABS) é um acordo complementar à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Este instrumento oferece estrutura legal transparente para a implantação efetiva de um dos principais objetivos da CBD, que é a repartição justa e equitativa de benefícios decorrentes do uso de recursos genéticos. Foi adotado em Nagoia, Japão, em janeiro de 2012, depois de seis anos de negociações. A adoção prática do protocolo deve ocorrer até o final de junho, segundo expectativa do secretário-executivo da CDB, Bráulio Dias.

Iniciativas como a que acontecerá na África do Sul vêm sendo financiadas desde 2006 pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), a agência alemã de cooperação internacional, além de outros fundos, agências financiadoras e países interessados no assunto. O objetivo é desenvolver capacidades em gestão do patrimônio genético em países africanos, do Caribe e em alguns do sul da Ásia, além do México.

BOM EXEMPLO

“No seminário, o Brasil mostrará seu status de país que já dispõe de regulação para o sistema de acesso ao patrimônio genético há 11 anos”, explica a diretora do Departamento de Patrimônio Genético (DPG) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Eliana Gouveia Fontes. Ela garante que o país é detentor de experiência valiosa, desde a implantação da Medida Provisória 2.186-16/2001, que trata do acesso ao patrimônio genético.

“Poucos países megadiversos (as 17 nações que abrigam a maioria das espécies da fauna e da flora do planeta) têm um currículo como este”, complementa Eliana Fontes, apesar de o assunto ter conquistado a atenção internacional ainda em 2005, quando foi realizada a primeira reunião dessa natureza em Adis Abeba, capital da Etiópia, patrocinada pelo Ministério das Relações Exteriores da Holanda e pela alemã GIZ. Agora, as capacidades regulatórias em repartição de benefícios e acesso ao patrimônio genético de Brasil, Índia e África do Sul serão expostas às nações interessadas em adotar sistemas semelhantes.

EM DESVANTAGEM

Para facilitar esse entendimento, consultores foram contratados para estudar a legislação de ABS de cada um dos três países. Os resultados serão apresentados e discutidos na reunião da Cidade do Cabo, visando encontrar o caminho mais prático para se implantar o Protocolo de Nagoia. O problema é que o Brasil pode ficar em desvantagem em relação aos demais participantes porque o Congresso Nacional ainda não ratificou o acordo.

“Corremos o risco de, não sendo parte do Protocolo, não podermos negociar e defender nossos interesses, devendo apenas acatar o que for decidido”, lamenta a diretora do DPG. Ela reconhece a importância do país na salvaguarda do patrimônio genético brasileiro e o potencial econômico e social resultante do uso sustentável da sua rica biodiversidade.

Apesar da vasta experiência, o Brasil ainda não conseguiu implantar uma repartição de benefícios adequada pela dificuldade de aplicação do conjunto de leis existente. A boa notícia é que o quadro legal atual está sendo reformulado e uma nova versão de lei está em vias de ser concluída para que a Casa Civil da Presidência da República encaminhe a proposta à apreciação de deputados e senadores. O objetivo é, com a nova lei, promover uma repartição de benefícios significativa, facilitar a gestão dos recursos genéticos e incentivar o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias decorrentes da biodiversidade brasileira.

Arquiteto projeta fazendas urbanas para as cidades do futuro – O Estado de São Paulo, Economia. 29/01/2014

Para combater degradação das grandes cidades, arquiteto belga Vincent Callebaut propõe alternativa de condomínios autossuficientes em energia com espaço para o agronegócio

SÃO PAULO - A degradação da qualidade de vida nas grandes cidades preocupa especialistas do mundo inteiro, e encontrar soluções para as cidades do futuro é o grande desafio dos arquitetos e urbanistas.

Uma das alternativas que vem ganhando espaço são as fazendas urbanas, edifícios que misturam os espaços dos condomínios convencionais com amplas áreas verdes e até para a produção agrícola.

O arquiteto belga Vincent Callebaut, de 36 anos, defende esta opção para garantir um futuro mais saudável nas áreas urbanas, tendo em vista que cerca de seis bilhões de pessoas que viverão em cidades até o ano 2050.

Com a crescente escassez de fontes de alimentos, água e energia, ele defende que os condomínios habitacionais das cidades do futuro terão de ser autossuficientes, funcionando como organismos vivos, resgatando espaços para a natureza e agricultura.

Os edifícios, segundo ele, precisam garantir a produção da sua própria energia, se possível tornando-se autossuficiente.

Libélula gigante. Um dos projetos do arquiteto é o do 'Dragonfly', um edifício com duas torres que formam uma grande fazenda vertical em Roosevelt Island, em Nova York. O nome da construção vem da sua forma, que lembra uma asa grande de vidro igual ao de uma libélula gigante.

O projeto tem estrutura para a produção de gado, laticínios, granjas, pomares e até campos de arroz, juntamente com escritórios e apartamentos, jardins e amplos espaços de lazer.

O projeto prevê geração de energia solar e eólica, e o ar quente é retido no interior das 'asas' para garantir aquecimento no inverno. No verão, a ventilação natural é reforçada com a umidade das plantas. A água da chuva é retida e misturada com fertilizantes orgânicos para alimentar a vegetação.

Ficção. Inicialmente, muitos criticaram o arquiteto e ironizaram sua criação como obra de ficção científica. Mas suas ideias estão ganhando força e o projeto da fazenda urbana foi exposto em uma feira internacional na China.

Callebaut também projetou uma cidade flutuante para abrigar refugiados vítimas de mudanças climáticas. Até agora, o arquiteto das cidades do futuro ainda não encontrou compradores para esses grandes projetos.

Mas ele já inspira projetos menores baseados no mesmo conceito, como o do edifício Fazenda Urbana Pasona, em Tóquio, um prédio de escritórios de nove andares que reserva espaço para os funcionários cultivarem seus próprios alimentos em espaços verdes em todos os andares.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa